

EDITAL
002/2026
(CMDCA)

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR
EDITAL – Nº002/2026

1. PROCESSO DE ESCOLHA

O presente processo de escolha é disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), pela Resolução nº 170/2014, alterada pela Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e pela Lei Municipal Nº 1.272/2019, de Petrolândia-PE. O processo será realizado sob a responsabilidade do CMDCA e a fiscalização do Ministério Público, que atua perante o Juízo da Infância e Juventude desta Comarca.

1.1. Este Edital trata da seleção de Conselheiros Tutelares, a fim de compor cadastro de reserva, na função pública de membro suplente do Conselho Tutelar do Município de Petrolândia-PE.

1.2. Os membros suplentes do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, **em 03 de maio de 2026**.

1.3. Para regulamentar e dar ampla visibilidade ao processo de escolha suplementar, referente ao período de 03 de maio de 2026 a 31 de Dezembro de 2028, torna-se público o presente edital, nos seguintes termos.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2. Em cada Município e no Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros Titulares, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida reconduções, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes.

2.3. O presente Processo de Escolha dos Membros **SUPLENTE** do Conselho Tutelar do Município de Petrolândia-PE, onde todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, será definido o chamamento conforme a ordem decrescente de votação embasado na resolução nº 170 do CONANDA.

2.4. De acordo com o inciso II do Art. 5º da Resolução 231/2022, publicada pelo CONANDA, a candidatura deverá ser individual.

2.5. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições divulgará o Edital do Processo de **Escolha Suplementar de Conselheiros Tutelares** será amplamente divulgado no sítio eletrônico da Prefeitura, murais oficiais e imprensa locais dispondo sobre:

I– A documentação exigida dos candidatos;

II– As regras do Processo de Escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III– As sanções previstas para o descumprimento das regras do Processo de Escolha;

IV– Impugnações, recursos e outras fases do Processo de Escolha; e

V– As vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS PRETENDENTES A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - Ter reconhecida idoneidade moral comprovada por certidão do cartório distribuidor da comarca, não estar sendo processado criminalmente ou ter contra si sentença criminal condenatória transitada em julgamento, bem como não responder a qualquer ação judicial junto ao juízo da infância e juventude desta Comarca e /ou da Comarca onde o candidato residiu nos últimos cinco anos;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos, comprovada através de apresentação de cópias do RG, CPF; carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional (art. 2º, incisos I a V, da Lei n. 12.037/2009);
- III - residência no Município, há no mínimo um ano, na data do requerimento da candidatura, comprovando através de notas fiscais / faturas de serviços públicos (água, energia elétrica, telefone) ou de declaração do proprietário da residência e de duas testemunhas, com reconhecimento das firmas, se a residência do candidato for imóvel alugado;
- IV - Possuir escolaridade mínima de nível médio;
- V - Ser cidadão eleitor no Município de Petrolândia-PE e estar quite com a justiça eleitoral;
- VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VIII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

- 4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva.
- 4.2. É vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.
- 4.3. Deverão manter a sede em funcionamento conforme expediente municipal para atendimento ao público;.
- 4.4. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, onde os atendimentos noturnos, finais de semanas e feriados, serão realizados por regime de plantão, conforme cronograma definido pelo Regimento Interno do Conselho Tutelar, resguardando o que preconiza o ECA.

5. DO SALÁRIO

- 5.1. O valor do vencimento é de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), vigente quando do efetivo exercício, conforme prevê a Lei Municipal.

6. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

- 6.1. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas na Lei 8.069/90 do

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

6.2. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Art. 98 e 105 da Lei nº 8069/90, aplicando as medidas previstas no Art. 101, I a VII do mesmo diploma legal.

II - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no Art. 129, I a VII do ECA.

III - Promover a execução de suas decisões podendo para tanto:

a) Requirir serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

b) Representar junto à autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - Encaminhar ao Ministério Público, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança ou do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária, nos casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária dentre as previstas no Art.101, I a VII, do ECA, para o autor do ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requirir Certidões de Nascimento, de Óbito de criança ou de adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Art.220, § 3º, Inc. II da Constituição Federal;

XI - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

XII - Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

7. DA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

7.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente institui a nomeação da Comissão Organizadora Eleitoral, representantes do governo e da sociedade civil, para organização e realização do Presente Processo de Escolha dos Suplentes de Conselheiros Tutelares.

7.2. A Comissão Especial do Processo é encarregada de analisar os pedidos de registro da candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

7.3. Facultar a qualquer cidadão a impugnação dos candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos comprobatórios, conforme cronograma **Anexo I**.

7.4. Publicar a relação dos candidatos impugnados;

7.5. Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

7.6. Encaminhar recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após as decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

7.7. Publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

7.8. Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos

candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas em lei;

7.9. Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

7.10. Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

7.11. Organizar o Processo de Escolha que ocorrerá no dia 03 de maio de 2026;

7.12. Escolher e divulgar os locais de votação e apuração;

7.13. Divulgar o resultado oficial da votação no local da apuração.

8. DOS IMPEDIMENTOS

8.1. São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA).

8.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que união homo afetiva ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 231/2022, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (CONANDA).

8.3. Estende-se o impedimento ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual.

9. DAS VAGAS

9.1. O processo de escolha suplementar elegerá todos os **habilitados para suplentes** onde na ausência superior a 15 dias de algum conselheiro tutelar titular este deverá ser substituído imediatamente por um dos candidatos suplentes conforme a ordem decrescente do processo de escolha e terá a vigência até 31 de dezembro de 2028.

10. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR (ANEXO I)

10.1. O processo observará o calendário constante no Anexo I e será composto pelas seguintes etapas:

- a) divulgação do edital;
- b) inscrições e entrega dos documentos;
- c) conhecimento ao Ministério Público dos candidatos inscritos e análise documental pela Comissão;
- d) divulgação dos candidatos inscritos para eventuais impugnações;
- e) realização da prova objetiva de conhecimentos;
- f) divulgação dos candidatos aprovados na prova;
- g) impugnação da relação dos candidatos aprovados;
- h) prazo de apresentação da defesa do candidato;
- i) análise da defesa pela Comissão;
- j) reunião para firmar compromisso, local e horário a ser informado;
- k) período de campanha;
- l) dia do processo de escolha e divulgação do resultado;
- m) recurso de impugnação dos candidatos/resultados;
- n) análise dos recursos pela Comissão;
- o) resultado final;

p) posse assim que houver a necessidade e pelo período a que o titular estiver afastado.

11. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS

11.1. A participação no processo de escolha iniciar-se-á pela inscrição, por meio de requerimento, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

11.2. A inscrição será efetuada pessoalmente, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Avenida Prefeito José Gomes de Avelar, S/N, Petrolândia-PE, mediante ficha específica (Anexo II), após a publicação deste Edital, conforme previsto na Resolução nº 231/2022 do CONANDA.

11.3. As inscrições reabertas serão realizadas no **período de 23 a 27 de março de 2026, das 08h 00 min às 13h 00min.**

11.4. As informações prestadas na inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

11.5. O candidato deverá anexar à ficha de inscrição cópias dos seguintes documentos:

a) Documento de Identificação, Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH ou qualquer outro reconhecido por lei;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Comprovantes da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
Disponível no sítio eletrônico:
<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor>;

d) Título de Eleitor;

e) Comprovante de quitação com o serviço militar (para homens);

f) Histórico escolar ou declaração de conclusão do ensino médio;

g) Comprovante de residência no município no mínimo de 1 (um) ano; m caso de imóvel alugado, apresentar declaração assinada pelo proprietário e duas testemunhas, com firma reconhecida em cartório;

h) Atestado ou certidão criminal fornecida pela Polícia Civil (<https://servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes/public/pages/certidaoAntecedentesCriminais/certidaoAntecedentesCriminaisEmitir.jsf>) e Polícia Federal (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais>);

i) Certidão antecedentes criminais da Justiça Federal da 5ª região (<https://www.jfpe.jus.br/index.php/menu-certidao-negativa.html>) e Estadual (<https://portal.tjpe.jus.br/certidoes>) .

11.6. Cada candidato inscrito receberá um número de acordo com a ordem de inscrição, que será utilizado como sua identificação no processo eleitoral, caso habilitado.

12. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

12.1. A análise da documentação exigida, prevista neste Edital, será realizada pela Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar.

12.2. O prazo para análise será de até 03 (três) dia após o encerramento das inscrições.

13. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

13.1. A prova objetiva será aplicada em **11 de abril de 2026**, com duração de **2 (duas) horas**, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), localizada na Avenida Prefeito José Gomes de Avelar, S/N, Petrolândia-PE, com início as 09h00min e término as 11h00min.

13.2. O local de provas poderá ser alterado a depender do quantitativo de inscritos, com comunicação prévia aos candidatos;

13.3. O candidato deverá apresentar documento de identificação com foto e comparecer ao local até as 15 (quinze) minutos de antecedência ao horário que será comunicado.

13.4. A prova objetiva consistirá em 20 (vinte) questões de múltipla escolha, distribuídas da seguinte forma:

a) 20 (vinte) sobre conhecimentos básicos sobre de legislação específica (Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente).

13.5. Cada questão terá o peso 0,5 totalizando 10,00 pontos.

13.6. O candidato deverá obter, no mínimo, 50% de acertos.

14. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS

14.1. A partir da publicação da lista dos candidatos inscritos, qualquer cidadão maior de 18 anos poderá impugnar candidatura no prazo de 2 (dois) dias, em petição fundamentada.

14.2. Ocorrendo falsidade documental, o candidato será excluído sumariamente do processo, sem prejuízo de responsabilização legal.

14.3. O candidato impugnado terá 1(um) dia, a contar da publicação, para apresentar defesa, no dia **06 de abril de 2026**.

14.4. Após a análise, a Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar, publicará a lista dos candidatos habilitados em 07 de abril de 2026.

15. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL

15.1. Os Candidatos poderão dar início a campanha eleitoral no período de **21 de abril de 2026 à 02 de maio de 2026**.

16. DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR E DA ELEIÇÃO

16.1. Esta etapa definirá os 05 (cinco) eleitos para a vaga de **membro suplente de Conselheiro Tutelar**, os demais permaneceram na lista de cadastro de reserva para o caso dos eleitos não conseguirem assumir no momento de serem chamados;

16.2. A eleição ocorrerá em **03 de maio de 2026, das 08h às 17h, local a ser divulgado conforme números de inscritos**.

16.3. A votação será manual.

16.4. As cédulas serão elaboradas pela Comissão Especial, com parâmetros semelhantes aos da Justiça Eleitoral, rubricadas pelo presidente e por um mesário.

16.5. Nas cabines de votação serão afixadas listas com nomes, codinomes, fotos e números dos candidatos.

16.6. As mesas receptoras lavrarão atas, registrando intercorrências e número de votantes.

16.7. Para votar, é necessário apresentar documento oficial com foto, e-Título (aplicativo) ou título de eleitor impresso, além de assinar a lista de presença.

16.8. É proibido o uso de celular durante a votação.

16.9. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

16.10. Serão anulados votos com rasuras ou que impossibilitem a identificação da vontade do eleitor, bem como:

- a) cédulas com mais de um candidato assinalado;
- b) cédulas sem rubrica dos membros da mesa;
- c) cédulas que não correspondam ao modelo oficial;
- d) cédulas com sigilo violado.

17. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR

17.1. É **proibido** que o candidato a ser um membro do colegiado do Conselho Tutelar (conforme a Lei nº 8.069/90, art. 139, § 3º) em qualquer situação eleitoral, dê, ofereça, prometa ou entregue ao eleitor qualquer bem ou vantagem pessoal, incluindo brindes de baixo valor, para conseguir votos. A conduta também desrespeita as proibições da Lei Municipal nº Lei Municipal Nº 2.683/2019 que estabelece regras específicas.

18. DO EMPATE

18.1. Em caso de empate terá preferência na classificação o candidato que preencher os requisitos abaixo:

- I- Maior nota na prova eliminatória;
- II- Maior idade;

19. DA PUBLICAÇÃO DA APURAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

19.1. Realizado o processo de escolha, os recursos deverão ser protocolados no setor do Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município e dirigidos a Presidente da Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar, respeitados os prazos estabelecidos neste Edital.

19.2. A publicação do resultado da eleição do processo de escolha de membros suplentes do colegiado do Conselho Tutelar será divulgado no dia 03 de maio **de 2026**.

20. DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

20.1. O prazo de recursos e de impugnação da eleição para escolha de membros suplentes do colegiado do Conselho Tutelar, será no dia 04 de maio **de 2026**.

20.2. O julgamento dos recursos e das impugnações será realizado pela Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar.

20.3. O resultado do julgamento dos recursos e das impugnações será publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Petrolândia-PE em **06 de maio de 2026**.

19.5. A decisão proferida nos recursos pela Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar é irrecurável, na esfera administrativa.

21. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

21.1. A Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar publicará no sítio eletrônico

da Prefeitura Municipal de Petrolândia-PE, a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público no **06 de maio de 2026**, por ordem decrescente de votação.

22. POSSE

22.1. A posse dos Membros Suplentes do Colegiado do Conselho Tutelar somente se dará em caso de Vacância, Férias, Licenças ou Afastamentos dos candidatos titulares.

22.2. Devem tomar posse, os candidatos suplentes que obtiverem ao menos 01(um) voto observada a ordem de classificação.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal Lei Municipal que estabelece regras específicas.

23.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo.

23.3. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato do processo de escolha.

Comissão Especial Organizadora da Eleição Suplementar:

Presidente da Comissão – Sandra Belém

Membro:

Membro

Membro:

Petrolândia-PE, 06 de março de 2026.

Sandra Belém

Presidente da Comissão Especial Eleitoral
e do CMDCA

ANEXO I**CALENDÁRIO COM O CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA	
Divulgação do Edital do Processo de Escolha	06/03/2026
Inscrições e Entrega dos Documentos	23 a 27/03/2026
Análise dos documentos pela Comissão	30/03/2026
Publicação da relação dos candidatos inscritos	31/03/2026
Impugnação de inscrições	01/04/2026
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	06/04/2026
Análise e decisão dos recursos	07/04/2026
Divulgação final da lista dos candidatos inscritos habilitados e Não habilitados	07/04/2026
Prova Objetiva Eliminatória	11/04/2026
Publicação do resultado da Prova	14/04/2026
Prazo de recurso	15 a 16/04/2026
Divulgação do resultado dos recursos	17/04/2026
Publicação da lista definitiva dos Candidatos Habilitados	17/04/2026
Eleição	03/04/2026
Reunião para firmar compromisso	20/04/2026

ANEXO II**FICHA DE INSCRIÇÃO**

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR CONSELHO TUTELAR - 2026	INSCRIÇÃO Nº
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	Foto
Nome:	

Sexo: () Masculino () Feminino			
CPF:	RG:	Órgão Emissor:	
Título de Eleitor:	Zona:	Seção:	
Data de Nascimento:	Estado Civil:		
Carteira de Habilitação (CNH) :			
Profissão:			
Grau de Instrução:			
Nome da Escola/Faculdade onde concluiu o ensino:			
Filiação:	Nome do Pai:		
	Nome da Mãe:		
Endereço:	Rua:		
	Bairro:		
Município:			
Telefone/Whatsapp:			
Email:			

Eu, acima qualificado, solicito a inscrição para participar do processo eletivo a membro do Conselho Tutelar e declaro ainda, para efeitos legais, ter ciência dos termos e condições estabelecidas no Edital nº 001/2026, expedido pelo CMDCA, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

Petrolândia-PE, de ___ de _____ 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Obs.: Para uso exclusivo da comissão especial:

